



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

80
70

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0330197-3

APELANTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

APELADO: MARIA LOPES DA SILVA E OUTRO

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

SEXTA CAMARA CIVEL

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. LEGITIMIDADE PASSIVA APENAS DO DEVEDOR FIDUCIANTE. ILEGITIMIDADE DO GARANTIDOR, POR SER ESTRANHO AO NEGÓCIO FIDUCIÁRIO.

- A ação de busca e apreensão tem por escopo a restituição da coisa ao credor fiduciário, para assim, com a venda extrajudicial, alcançar o pagamento, ainda que parcial da dívida. Não se tratando de ação que visa o pagamento, a legitimidade passiva é unicamente do devedor fiduciário. O terceiro garantidor não está legitimado para figurar no polo passivo da ação de busca e apreensão por ser estranho ao negócio fiduciário.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, **negar provimento ao recurso**, nos termos do voto do Relator.

Recife, 27 de 05 de 2014.


DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

15

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0330197-3

APELANTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

APELADO: MARIA LOPES DA SILVA E OUTRO

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

SEXTA CAMARA CIVEL

RELATÓRIO

Trata-se de apelação em face da sentença cível de fls. 35/35v, prolatada pelo juízo da 31ª Vara Cível da comarca da Capital, nos autos da ação de busca e apreensão, que declarou extinto o processo, sem resolução do mérito, dada a ilegitimidade ativa dos demandados/apelados, com fundamento no art. 267, VI do CPC.

Em suas razões recursais, a apelante pretende a reforma do *decisum* singular alegando, em síntese, que os apelados figuram na qualidade de sócios da empresa, representando a pessoa jurídica, como avalistas da dívida financiada, além da sua condição de representantes da empresa financiada e fiéis depositários dos bens fiduciariamente alienados.

Pugna pelo provimento da apelação, com a procedência dos pedidos.

É o relatório.

À revisão

Recife, 28 de abril de 2014.


DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0330197-3

APELANTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

APELADO: MARIA LOPES DA SILVA E OUTRO

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

SEXTA CAMARA CIVEL

VOTO

Conforme se depreende dos autos, o apelante celebrou com a empresa Regulex Peças e Serviços Ltda uma cédula de crédito comercial, com garantia de alienação fiduciária. Como garantidores do contrato participaram Maria Lopes da Silva e Marcelo Lopes da Silva.

Diante da falta de pagamento das parcelas ajustadas, o banco apelante ingressou com ação de busca e apreensão em face dos garantidores, tendo o juízo singular determinado a ilegitimidade passiva *ad causam* dos demandados, extinguindo o feito com base no art. 267, IV, do CPC.

Com efeito, a ação de busca e apreensão visa à retomada do bem, e não o pagamento, não podendo ser direcionada ao garantidor cambial, mas somente ao devedor fiduciário.

No caso concreto, foi a empresa quem contratou com o banco apelante, não devendo os avalistas figurar no polo passivo da ação de busca e apreensão, que visa apenas a retomada do bem objeto do contrato.

Cumprе frisar que, mesmo se a ação originária fosse convertida em ação de depósito, os apelados continuariam não podendo figurar no polo passivo, o que somente poderia ocorrer na eventual fase de execução em razão do débito não pago pelo devedor



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

82
70

principal.

Dessa forma, tem-se que a ação de busca e apreensão tem por escopo a restituição da coisa ao credor fiduciário, para assim, com a venda extrajudicial, alcançar o pagamento, ainda que parcial da dívida.

Logo, não se tratando de ação que visa o pagamento, a legitimidade passiva é unicamente do devedor fiduciário.

Isso porque, como já dito, o terceiro garantidor não está legitimado para figurar no polo passivo da ação de busca e apreensão por ser estranho ao negócio fiduciário.

Com tais considerações, **nego provimento ao recurso.**

É como voto.

Recife, 27 de 05 de 2014.


DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

Apelação Cível nº 0330197-3

CONCLUSÃO

Nesta data, faço esses autos conclusos ao
Des. José Carlos Patriota Malta.

DESPACHO

- R. hoje. Revistos,
- À Pauta.
- Recife, 14 de maio de 2014.


Des. José Carlos Patriota Malta